

**O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA,
SEUS TEXTOS E ESTUDOS LINGÜÍSTICOS:
UMA ANÁLISE DAS SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS**

Karolyna Maciel dos Santos Cordeiro (UENF)

karolynamaciel@hotmail.com

Leandro Garcia Pinho (UENF)

leandrogarciapinho@gmail.com

RESUMO

Este trabalho foca em analisar um livro didático de língua portuguesa do 5º ano de uma escola municipal de educação básica em Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. Considerando que o livro didático possui uma política social voltada especialmente para ele, o Programa Nacional do Livro Didático e, ponderando as especificidades que tal Programa exige para veiculação das obras, pretende-se verificar se o livro a ser investigado está de acordo com tais normas. Busca-se avaliar, também, se os textos que o livro sugere e o estudo da língua que coloca estão em consonância, bem como é válido observar se os exercícios propostos estimulam a criatividade e o exercício da criticidade por meio de sequências didáticas. Ressalta-se, contudo, que o livro didático não é uma ferramenta que se basta. Com isso, cabe mencionar o papel do professor mediante a arte do ensino, pois é ele quem irá direcionar as aulas e o uso do livro como recurso que acrescenta no processo de aprendizagem do estudante. Neste caso, o educador é um mediador entre o livro e o aluno. Desta forma, pretendemos saber o que o livro didático está informando aos alunos sobre língua portuguesa, assim como desejamos avaliar se o professor compreende as políticas que envolvem o livro e a linguística em sala de aula.

Palavras-Chave: Livro didático. Política social. Língua portuguesa.

1. *Situando o Programa Nacional do Livro Didático como política social – breve trajetória e funcionamento do PNLD*

O Programa Nacional do Livro Didático foi criado pelo governo federal em pela Lei 91.542, de 19/08/1985. Com esta lei, o Estado tem a obrigatoriedade de distribuir gratuitamente os livros didáticos em escolas públicas brasileiras, cumprindo com seu dever de subsidiar a educação no país. Assim, o Programa Nacional do Livro Didático assume o papel de política educacional que nas palavras de Cavalcante (2012, p. 1925) “faz menção às diversas e múltiplas ideias e ações governamentais no âmbito educacional. Estas últimas são, portanto, políticas públicas dirigidas à resolução de questões educacionais”. Desta forma, o Programa Nacional do Livro Didático surge para atender a uma demanda social e edu-

cacional. O objetivo principal do Programa é distribuir livros didáticos aos alunos de escolas públicas gratuitamente.

É importante ressaltar que a trajetória do Programa se inicia bem antes de 1985, com a criação de várias comissões e órgãos que teriam a responsabilidade de cuidar do livro didático. Na década de 30, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública pelo decreto número 19.402¹⁹. Em 1931, este Ministério se torna responsável pelos programas da escola secundária, tendo controle sobre os currículos e modificando as matérias e os livros utilizados nelas. Neste período, como aponta Stamatto (2011), livros estrangeiros foram proibidos de serem adotados nas escolas do país e foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937, em que o governo adquire livros e os distribui para as escolas, contribuindo para o crescimento do mercado de editoras no país.

Em 1938 foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) estabelecendo leis relativas a produção e circulação do livro no Brasil. Nesta Comissão, o livro didático foi definido como: “Art. 2, § 1º – compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2º – livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula”. (STAMMATTO, 2011, p. 249)

Em 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que se instituiu como um aparelho estatal de censura que introduzia propagandas políticas em materiais didáticos com a imagem de Vargas. Em 1940 foi proibido qualquer livro que não observasse na capa a autorização do Ministério da Educação, com número de registro da Comissão Nacional do Livro Didático. Os professores tinham o direito de escolher os livros que constavam na relação oficial para utilizar em suas aulas. O Decreto Lei nº 8.460 de 1945 dispôs sobre a organização e o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático, pois este projeto vinha sofrendo grandes críticas relacionadas à sua ineficiência e inoperância, decorrentes da centralização do poder, censura, manipulação política e especulação comercial com relação ao livro didático. Nesta fase, as reformas Francisco Campos (1930-1942) e a Gustavo Capanema (1942-

¹⁹ Em 1937, com a Lei nº 378, este Ministério passou a se chamar Ministério da Educação e da Saúde. Em 1953, foi alterado para Ministério da Educação e Cultura pela Lei nº 1.920. Com o Decreto Lei nº 91.144 de 1985, foi criado o Ministério da Cultura separando-se do Ministério da Educação, que pela Lei nº 8.490 de 1992 passou a ser chamado de ministério da Educação e do Desporto (MANTOVANI, 2009, p. 26).

1945) contribuíram para que os movimentos educacionais instituídos pelo governo em relação ao livro didático pudessem ser sustentados²⁰.

Em 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024, os currículos foram revistos e, conseqüentemente, os livros didáticos tiveram que se adequar para atender às escolas. Outro fator histórico importante é a assinatura do acordo MEC/SNEL/USAID, em 1967, que criou a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), a fim de disponibilizar gratuitamente milhões de livros para os estudantes no Brasil em três anos. Neste momento, o livro passa a ser usado com mais frequência no país devido a quantidade de material que foi distribuída (cerca de 51 milhões). A Comissão do Livro Técnico e Livro Didático passou por modificações, com a criação da FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar) em 1968, do INL (Instituto Nacional do Livro), e do Programa do Livro Didático, em 1971, da Fundação Nacional do Material Didático, em 1976 e da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) em 1983, como mostra Stamatto (2011).

Em 1985, com a Lei de nº 91.542, de 19/08/85, é criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com objetivos de distribuir livros didáticos gratuitamente a todos os alunos de primeira até oitava série de escolas públicas do Brasil, bem como auxiliar o trabalho do professor e contribuir para a melhoria da qualidade da educação, além de avaliar os livros do ensino fundamental e elaborar um guia dos livros que podem ser adotados pelas escolas. O Programa ainda pretende que o professor possa escolher o livro que vai usar, visando também a reutilização do mesmo e o aperfeiçoamento das especificações técnicas na produção.

Sobre o funcionamento do Programa, ressalta-se que a adesão das escolas é feita formalmente por meio de um termo disponibilizado pelo MEC/FNDE. As editoras que desejam participar se inscrevem de acordo com o edital colocado no *Diário Oficial da União* e no site do FNDE. Este processo é realizado desta forma para que todas as informações sejam de domínio público. Os livros selecionados são encaminhados à SEB, que escolhe os analistas das obras que, por sua vez, produzem as resenhas para o *Guia*.

No momento da escolha em cada unidade de ensino, tudo deve ser feito democraticamente, com base no *Guia*, posto que o diretor da escola,

²⁰ Bomeny (2003) aprofunda a questão das reformas.

junto aos professores, formou uma equipe para escolher os livros com os quais desejam trabalhar. Neste momento, devem também fazer a escolha de uma segunda opção de livros didáticos e cadastrar suas escolhas no sistema *on-line* do FNDE. Assim, o órgão responsável faz o pedido à editora e negocia os preços, além de supervisionar a produção dos livros para garantir a qualidade do material, já que devem ser resistentes para serem usados por três anos consecutivos. Os livros didáticos são distribuídos pelos Correios e entregues diretamente às escolas, no ano anterior ao início do ano letivo (por volta do mês de outubro). Na zona rural, a entrega é feita nas secretarias municipais de educação, que se tornam responsáveis por entregar o material nas escolas.

2. O papel do professor utilizando o livro didático

Sobre a importância do livro didático no cotidiano escolar, pode-se perceber, segundo Mantovani (2009, p. 20), “o quanto esse instrumento foi importante para comunicar, produzir e transmitir o conhecimento escolar pelo menos nos dois últimos séculos”. Desta forma, considera-se que o livro didático é um material básico para o processo de ensino e aprendizagem nas salas de aula brasileiras, uma vez que sistematiza os conteúdos, servindo de suporte para professores e alunos. Portanto, este material é considerado uma grande fonte de informação e, se utilizado corretamente, tem muito a contribuir com o fazer pedagógico.

Deste modo, é preciso pensar no espaço escolar como um local que emana aprendizagem e que esta aprendizagem é mediada pelo professor. Este educador, na visão de Franco (2011), é o principal responsável pelo sucesso ou fracasso desta política pública, pois é ele que imprime toda a sua bagagem e suas crenças nas aulas que ministra, inculcando nos alunos as ideologias em que acredita. Assim, o professor é formador de opinião e de conhecimento a partir de sua experiência docente. É ele quem imprime suas opiniões acerca dos conteúdos expressados no livro didático, podendo utilizar esta ferramenta como bem entende, visto que, dentro da sala de aula, tem autonomia para trabalhar da forma que achar melhor. Deste modo, pode ocorrer um embate entre o professor e o livro, onde o primeiro não trabalha com o segundo na sua integralidade, desconsiderando, muitas vezes, as contribuições e inovações que este rico instrumento pode trazer para as aulas. Como destaca Garcia (2011),

As possibilidades de transformação estão relacionadas a atitudes investigativas que permitem aos professores deslocar e recolocar elementos, a partir

de novas compreensões que adquirem no seu processo de formação profissional. As formas de uso dos livros revelam as diferentes maneiras de apropriação que derivam dos repertórios de conhecimentos disponíveis e das condições objetivas em que o ensino se organiza e desenvolve. (GARCIA, 2011, p. 368)

Deste modo, o professor deve saber reconhecer o que o livro tem a contribuir com a realidade de seus alunos, usando-o como aliado. Com isto, ele se apropria do material didático para adaptá-lo, de maneira que possa ser um elemento que contribui positivamente no seu fazer pedagógico, usando os elementos que constituem o livro e inovando suas práticas com criatividade e autonomia. Assim, o livro não deve ser tomado como única fonte bibliográfica, nem pelo professor, nem pelo aluno, servindo como incentivo ao desenvolvimento de práticas pesquisadoras. (CAVALCANTE et al., 2012)

3. *Metodologia e resultados*

Para alcançar os objetivos, a metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa no processo de recolha e tratamento dos dados. De acordo com Bogdan & Biklen, na pesquisa qualitativa,

Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números. [...]. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais. (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 48)

Não se preocupando com os dados quantitativos, pretende-se buscar significados e motivos que fazem parte da realidade social, das relações e representações sociais.

A pesquisa foi realizada numa escola de ensino fundamental I, no município de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. Foi observada uma sala de aula do 5º ano e realizada uma entrevista semiestruturada com a professora dessa turma.

A entrevista semiaberta, para Vergara (2009) “permite inclusões, exclusões, mudanças em geral das perguntas, explicações ao entrevistado quanto a alguma pergunta ou alguma palavra [...]” (VERGARA, 2009, p. 9). Este tipo de método foi escolhido também para que a participante tenha mais liberdade de expressar sua opinião. Além da entrevista semiestruturada, foi utilizada também a análise de documento (no caso, o livro *Porta Aberta, Língua Portuguesa*, 5º ano).

Na entrevista (disposta no apêndice I) foi possível saber que a professora do 5º ano utiliza o livro como um suporte, mas relata que não parou para pensar nos conceitos que o material traz para os alunos. Na terceira pergunta, sobre quais as situações em que utiliza o livro didático, explicou que usa para as atividades.

– Eu tenho alguns conteúdos pra dar nas aulas. Aí, eu pesquiso as atividades que tem a ver com tal conteúdo. Quase sempre, a atividade que eu preciso tá no livro, aí eu não fico questionando as atividades que tem ali, eu só peço pro aluno fazer.

Esta explanação da professora se confirma no momento em que foi possível observar algumas de suas aulas. Na observação, é visto que a professora dá o comando da atividade e diz que “as respostas podem ser encontradas no livro”. Também usa os textos que o material didático disponibiliza e segue à risca a sequência didática apresentada a seguir.

Perguntada se o livro didático traz textos interessantes para seus alunos, que estimulem os mesmos a pensar nos eventos ao redor e a participar ativamente dos acontecimentos sociais, a professora responde que “sim, mas tudo depende do que eu vou colocar para eles”. Instigada a explicar melhor esta colocação, disse o seguinte:

– Tudo depende do jeito que eu falo com eles. Por exemplo: o livro tem um texto sobre Luis Fernando Veríssimo. Pergunto se eles conhecem esta pessoa. Se eles respondem que não, eu tenho como dizer que ele é um escritor de crônicas muito bom. Aí, eles acreditam que ele é bom sem me perguntar o motivo porque ele é bom. Quando o livro fala de uma reportagem sobre o Ronaldinho, eles respondem que já conhecem o jogador, aí eu preciso perguntar de onde conhecem, o que acham do trabalho dele, e só no final eu dou minha opinião. Então, quando eles ouvem outras opiniões ou quando eles têm conhecimento prévio, estão sendo estimulados a pensar e ser críticos. Se a única opinião que eles têm daquele assunto é a minha, parece que eles ficam com preguiça de pensar e o que eu falei é a mais pura verdade. Aí, não estão sendo nem críticos e nem pensativos, entendeu?

Nesta fala, foi detectada a importância que o professor tem na aprendizagem de seus alunos. Ele é capaz de incutir nos educandos suas opiniões, mas também é o responsável por fazer com que o aluno tenha criticidade com relação a determinados assuntos. Com isto, prova-se que antes mesmo de querer um aluno ativo e crítico, temos que formar um professor ativo e crítico, com ideias idôneas e neutras, a fim de que não influencie seus alunos com julgamentos tendenciosos.

A professora foi questionada se encontrou algum erro conceitual na parte gramatical do livro didático. Respondeu:

– Acho que não, não tem erros não... pelo menos não que eu tenha percebido logo de cara! Mas também, eu não sou professora de português especificamente, não sou formada em Letras, eu fiz Pedagogia. Aí é difícil dizer se tem erros. Mas eu acho que tá tudo direitinho lá sim.

Na última pergunta, o objetivo era saber se o livro é bom para trabalhar na sala de aula. A professora diz:

– Não é um dos melhores, claro que não. Tem livros melhores no mercado que a escola poderia usar. Mas esse é o que tem aqui, então eu vou usando ele. Acho que dá pra ir trabalhando com ele sim, senão eu não ia conseguir usar nas aulas.

Continuando com o processo metodológico, parte-se para a análise do livro didático usado nesta sala de aula de 5º ano, o *Porta Aberta – Língua Portuguesa*.

No que diz respeito aos conhecimentos da língua portuguesa, apresenta falhas nos conteúdos das variações linguísticas e no desenvolvimento da oralidade, pois não possui uma seção exclusiva para estes eixos. Entretanto, dentro das sequências didáticas existem perguntas que estimulam a comunicação oral por meio de debates e entrevistas. Também não oferece discussão sobre a heterogeneidade linguística, apontando apenas quatro eixos sobre este tema (ortografia, uso do dicionário, conhecimentos linguísticos e revisão dos conteúdos estudados). A obra ativa o conhecimento sobre gêneros através de textos diversificados, ou seja, diferentes gêneros textuais. Os exercícios e sequências didáticas as vezes propiciam a reflexão por parte do aluno, outras apenas limitam os alunos a encontrarem as respostas no texto. Contudo, nem todas as atividades são provenientes de sequências didáticas e seus textos, mas, sim, descontextualizados, soltos dos demais exercícios. O trabalho de ortografia pretende levar o aluno a perceber as legitimidades e irregularidades do sistema ortográfico, explicitando suas suposições sobre a escrita das palavras e refletindo sobre as alternativas de grafia, comparando com a escrita convencional. Porém, algumas vezes, essas propostas são divididas com outras que partem somente do texto e não buscam outros resultados em seu sentido.

4. Considerações finais

Mediante observação realizada na sala de aula do 5º ano de uma escola municipal de Cachoeiro de Itapemirim, é possível perceber que a professora utiliza o livro didático praticamente todos os dias nas suas au-

las. Entretanto, na maioria das vezes, percebe-se que não existe um planejamento de como trabalhar com tal material. Nota-se que a educadora prepara sempre um material de suporte xerografado, explica o conteúdo e apenas complementa a aula com o livro didático. Com a entrevista, ficou claro que a professora usa o livro porque, segundo ela mesma diz, o livro está ali à disposição, então porque não usar?

Também foi possível perceber com a entrevista que a professora se considera importante no processo de ensino e aprendizagem, pois se considera formadora de opiniões. Entretanto, evidencia-se que a mesma não é muito criteriosa com relação ao material didático que usa, não reparando se as atividades apresentam erros conceituais, ou mesmo fragilidades em seus conceitos. De forma geral, considerou o livro um bom material para se trabalhar, admitindo-se que não é o melhor material, mas que serve para usar nas aulas.

Na análise do material, entende-se que a obra tem muitos pontos fortes, mas também possui pontos fracos que prejudicam o ensino de língua portuguesa. Não foi encontrado nenhum erro conceitual, mas simplificações de conceitos, fazendo com que não se apresente a linguística com a importância que ela merece. A parte da oralidade fica a cargo do professor, que precisa complementar as atividades do livro com a sua criatividade, pois o material não estimula exercícios de oralidade. Assim, fica exposto que as sequências didáticas instigam a interpretação e produção de texto, contendo exercícios instigantes que levam o aluno a pensar nas respostas, o que parece ser um ponto forte. Porém, também proporciona atividades que não estimulam o aluno, nas quais ele apenas precisa procurar a resposta no texto, mostrando duas linhas de ensino distintas e que podem prejudicar a aprendizagem. As seções destinadas ao ensino da língua portuguesa propriamente dita, deixam a desejar, não apresentando os conceitos em sua integridade e empobrecendo as definições linguísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAVALCANTE, A. P. R. et al. O livro didático como política educacional e o processo da sua escolha: uma experiência em municípios cearenses. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campinas: UNICAMP/Junqueira e Marim, 2012, p. 1923-1934. Disponível em: <http://www2.unimep.br/endiipe/2169p.pdf>. Acesso em: 23-08-2013.

FRANCO, Alécia Pádua. O impacto das atuais políticas públicas para o livro didático nas perspectivas acadêmicas, na produção dos livros e no cotidiano escolar. In: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio. (Orgs.). *Perspectivas do ensino de história: ensino, cidadania e consciência*. Uberlândia: Edufu, 2011.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga. Cotidiano escolar, livros didáticos e formação docente. In: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio. (Orgs.). *Perspectivas do ensino de história: ensino, cidadania e consciência*. Uberlândia: Edufu, 2011.

MANTOVANI, Kátia Paulilo. *O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: impactos na qualidade do ensino público*. 2009. Dissertação (de Mestrado). – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático e a lei: o permitido e o proibido. In: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio. (Orgs.). *Perspectivas do ensino de história: ensino, cidadania e consciência*. Uberlândia: Edufu, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de coleta de dados no campo*. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE

Entrevista com a professora do 5º ano

- 1– Você utiliza o livro didático de língua portuguesa nas suas aulas?
- 2– Você já observou os conceitos que o livro apresenta para seus alunos?
- 3– Em quais situações você usa o livro didático? Dê exemplos:
- 4– O livro didático tem textos interessantes, que estimulam seus alunos a pensarem nos eventos que ocorrem a seu redor e a participarem desses acontecimentos sociais?
- 5 – Você encontrou algum erro conceitual de gramática no livro didático que você usa?
- 6 – De um modo geral, você acha que este livro é bom para trabalhar com os alunos?